

# Maior parte das terras de Jader no Pará é grilada

Apenas na Fazenda Rio Branco, cinco hectares foram transformados em cinco mil pelo antigo proprietário

Folha Imagem/Paulo Amorim/01/05/2001

Roberto Stuckert Filho/05-06-2001

Cátia Seabra

Enviada Especial

• BELÉM. Desafeto do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), o advogado Paulo Lamarão reuniu documentos em cartórios segundo os quais pelo menos 15,8 mil hectares de terras do senador no Pará — o que equivale a mais de 60% do total de 24,3 mil hectares — são produto de grilagem. O caso mais emblemático é o da Fazenda Rio Branco, na cidade de Guamá, onde cinco hectares foram transformados pelo antigo proprietário em cinco mil. Lamarão vai entrar com três ações na Justiça pedindo que Jader seja obrigado a pagar aos cofres do estado R\$ 10,2 milhões para legalizar suas propriedades. Mesmo que não tenha sido o responsável pela grilagem, se condenado Jader terá que pagar.

## Irregularidade começa em inventário de 1952

O trabalho exigiu garimpagem. Lamarão obteve, por exemplo, o inventário de 1952. Nele, Fernanda Guimarães Santiago herda um terreno de cinco hectares, em forma de um polígono irregular de oito lados: a Fazenda Rio Branco. Em 4 de outubro de 1973, Fernanda vende a propriedade para Jeovani Abrahão. No livro, escrito a mão, a área salta para cinco mil hectares, ou seja, é ampliada mil vezes, embora preserve as mesmas características.

Adquirida por Jader em maio de 1984, a Fazenda Rio Branco — a mais valiosa em nome do senador — ganhou um reforço de 394,7 hectares.



A FAZENDA CHÃO Preto, que já esteve ocupada por sem-terra e terá sua origem contestada na Justiça

Ele assumiu a penhora da fazenda de Lairton Zuppo Machado, que, por sua vez, a teria comprado de Abrahão. A venda estaria, segundo certidão, registrada na folha 01 do livro 201 do cartório Chermont, em Belém, com data de agosto de 76. Mas, de acordo com o documento emitido pelo próprio cartório, a folha 01 do livro 201 trata de uma hipoteca de 25 de julho de 1907.

## Outro caso envolve o pai de Jader, Laércio Barbalho

Na prática, de acordo com os documentos obtidos por Lamarão, essa fazenda de Jader valendo cerca de R\$ 15 milhões só teria cinco hectares

dos 5.646 declarados. E o valor da ação proposta por Lamarão será de R\$ 5 milhões.

O caso da Fazenda Poliana, de 2.258 hectares, é igualmente pitoresco. Em 1975, o pai do senador, Laércio Barbalho, foi procurador dos herdeiros declarados de Felipe Antonio dos Santos na venda da fazenda Umiry, feita para o próprio Jader. Em 31 de dezembro de 1976, Jader apresentou ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) pedido de legitimação de posse da propriedade. Além da procuração e do contrato de compra, o único documento fornecido para identificar a origem da fazenda foi a certi-

dão de título de posse de Felipe de 1894.

## Título de posse de terra de 1894 também é investigado

A outra terra que compõe a Poliana, a Assahyeua, passou por processo idêntico, sendo que Laércio foi procurador daqueles que teriam comprado a terra dos herdeiros de Florindo da Silva Lobo, agraciado com seu título de posse em 13 de abril de 1894. Em entrevista à sua emissora, a RBA, na segunda-feira passada, Jader comentou as acusações de que têm sido alvo:

— É um absurdo me perguntarem sobre documentos de 1894. Nasci em 1944.



JADER, que poderá ter de pagar R\$ 10,2 milhões para legalizar terras

Segundo o presidente do Iterpa, Ronaldo Barata, não é bem assim. No Pará, onde é alta a incidência de invasões e grilagens, o proprietário tem que analisar o histórico da terra antes de comprá-la.

— No Pará, todo mundo conhece a expressão cadeia domínial — diz Barata.

Lamarão usa os mesmos argumentos contra Jader.

— Como ele, que é tão esperto, não analisou os antecedentes da terra? — indaga.

Numa terceira ação, também de cerca de R\$ 5 milhões, Lamarão vai questionar a autenticidade da origem das fazendas Chão Preto e Chão de Estrelas. Passando por incorporações

sucessivas, elas têm uma área de 16,4 mil hectares, sendo, que, segundo a ação de Lamarão, praticamente a metade das terras tem como base um registro de título de posse de 1892, mas sem qualquer área demarcada.

## Procuradoria acha lotes que não poderiam ser vendidos

Outros 821 hectares foram, segundo levantamento da Procuradoria-Geral do Estado, compostos por 31 lotes de títulos agrícolas, que não poderiam ser vendidos. Para essa ação, Lamarão propõe R\$ 5 milhões. Os dois inimigos deverão ter uma briga pesada na Justiça. ■